

Folha Bancária



Sindicato dos Bancários e Financeiros
de São Paulo, Osasco e Região **CUT**

São Paulo
agosto de 2025
número 6.298

SOBERANIA NÃO SE NEGOCIA!

No último dia 6 de agosto, passou a vigorar a tarifa adicional de 40% imposta por Donald Trump aos produtos brasileiros importados pelos EUA, elevando o total da tributação para 50%. Porém, em um recuo, foram excluídos quase 700 produtos da taxa extra.

De acordo com o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, calcula-se que, com o recuo de Trump, 64,1% das exportações brasileiras para os EUA não serão impactadas.

Em meio aos ataques de Trump, o governo brasileiro demonstra que aceita negociar a questão das tarifas no âmbito das relações comerciais entre Brasil e EUA, mas sem abrir mão da soberania nacional, da democracia e da independência entre os poderes da República.

Leia as páginas internas e fique por dentro dos desdobramentos do “tarifaço” de Trump, como isso afeta a categoria, além do posicionamento e ações do Sindicato.

OS INTERESSES DE TRUMP COM OS ATAQUES AO BRASIL:

BALANÇA COMERCIAL: Trump alega que as relações comerciais com o Brasil são “muito pouco recíprocas”. O “tarifaço” seria uma estratégia para “reequilibrar”. Porém, desde 2009, a balança comercial sempre pende a favor dos EUA.

PIX: Paralelamente ao anúncio do “tarifaço”, Trump abriu investigação sobre práticas comerciais do Brasil, consideradas “desleais” por ele. Uma seria o PIX. Trump busca favorecer bandeiras de cartões de crédito dos EUA (Visa, MasterCard e Amex), além de sistemas de pagamento digital como, por exemplo, o WhatsApp Pay, ferramenta da Meta, big tech de Mark Zuckerberg, seu aliado.

“É uma tecnologia soberana brasileira, e nós não podemos nem sonhar, nem pensar, nem imaginar em privatizar algo que não custa para o cidadão (...) Não vamos ceder à pressão de multinacionais que estão se incomodando”, declarou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em reunião do Conselho.

BRICS: Segundo Brian Ballard, advogado próximo de Trump, uma das razões dos ataques ao Brasil seria o papel do país no BRICS e a intenção do bloco para, de forma soberana, reduzir a dependência do dólar em transações comerciais entre países.

TERRAS RARAS: Em meio às tensões diplomáticas decorrentes do “tarifaço” de Trump, o encarregado de negócios da embaixada estadunidense no Brasil, Gabriel Escobar, manifestou o interesse dos EUA em minerais críticos e estratégicos brasileiros. Segundo o relatório U.S Mineral Commodity Summaries, o Brasil detém 23% das reservas mundiais de terras raras, grupo de 17 elementos essenciais para a fabricação, por exemplo, de celulares, telas, turbinas eólicas, carros elétricos e painéis solares.

ATACAR A SOBERANIA BRASILEIRA: Trump menciona suposta perseguição judicial ao ex-presidente Jair Bolsonaro, réu por tentativa de golpe de estado e outros crimes, e aos seus aliados. Cita ainda que decisões judiciais brasileiras estariam interferindo na “liberdade de expressão” de empresas e cidadãos americanos. Ainda que tais alegações não fossem falsas, não fossem uma tentativa de anistiar aliados políticos acusados de crimes graves e garantir que as big techs atuem sem qualquer responsabilidade no Brasil, os três poderes da República – Executivo, Legislativo e Judiciário – são independentes. O governo federal não pode, constitucionalmente, interferir em decisões do Judiciário.



NEGOCIAR SIM! DE JOELHOS, JAMAIS!

Desde o anúncio do “tarifaço”, o governo brasileiro mostrou disposição para negociar no âmbito das relações comerciais entre os dois países. Porém, deixou claro que o Brasil não aceita interferência de nações estrangeiras na sua soberania, democracia e Judiciário.

“A Justiça brasileira precisa ser respeitada. Somos um país grande, soberano, e de tradições diplomáticas históricas com todos os países. O Brasil vai adotar as medidas necessárias para proteger seu povo e suas empresas”, enfatizou o presidente Lula.

“Reiteramos que a soberania do Brasil e o estado democrático de direito são inegociáveis. No entanto, o governo brasileiro continua e seguirá aberto ao debate das questões comerciais, em uma postura que já é clara também para o governo norte-americano”, reforçou o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, em nota oficial.

Em reação ao tarifaço de Trump, o governo brasileiro acionou a OMC (Organização Mundial do Comércio), no dia 6 de agosto, afirmando que “os EUA violam flagrantemente compromissos centrais assumidos por aquele país na OMC”; e também articula uma resposta junto ao BRICS, fortalecendo o multilateralismo.

PARLAMENTARES DE EXTREMA-DIREITA SEQUESTRAM O CONGRESSO

Alinhados com o governo estadunidense para livrar o ex-presidente Jair Bolsonaro de responder pelos crimes pelos quais é réu no STF (Supremo Tribunal Federal), parlamentares de extrema-direita bloquearam os trabalhos da Câmara dos Deputados e do Senado, inviabilizando a votação de projetos fundamentais para a classe trabalhadora e a população brasileira como um todo.

O sequestro do Congresso perdurou por dois dias, sendo encerrado em 7 de agosto. Na mesma data, o plenário do Senado aprovou a isenção do Imposto de Renda para quem recebe até dois salários mínimos, o equivalente a R\$ 3.036,00 (PL 2.692/2025).

O próximo passo é a aprovação do PL 1.087/2025, de autoria do governo federal, que isenta do IR quem ganha até R\$ 5 mil e reduz o imposto de quem recebe até R\$ 7.350.

QUAL O IMPACTO DO “TARIFAÇO” DE TRUMP PARA OS BANCÁRIOS E O QUE O SINDICATO ESTÁ FAZENDO?

O impacto da elevação para 50% das tarifas para a importação de produtos brasileiros para os EUA – mesmo com as quase 700 exceções, entre elas suco de laranja, minério de ferro e aviação – não pode ser desprezado. Ao impactar setores da indústria, agronegócio e mineração, as tarifas podem afetar negativamente a atividade produtiva, o emprego e a geração de renda.

Por consequência, a atividade bancária será impactada de forma indireta, uma vez que grandes clientes sofrerão prejuízos, além da atividade econômica brasileira como um todo, prejudicando assim o cumprimento de metas e o lucro das instituições, o que pode impactar também na PLR.

“*Desde o primeiro momento, o Sindicato esteve ao lado dos movimentos sociais, nas ruas, defendendo a nossa soberania, a democracia e os interesses da classe trabalhadora e da população brasileira como um todo. Traidor da pátria aqui não se cria. Enquanto a extrema-direita trabalha contra o Brasil e os brasileiros, a luta do Sindicato é na defesa da categoria; da soberania nacional; da democracia; do desenvolvimento; por justiça tributária; para que a tecnologia beneficie também o trabalhador, e não só o patrão; pela redução da jornada. Enfim, por um Brasil soberano, diverso, sustentável, mais justo e com oportunidades para todos*”

Neiva Ribeiro,
Presidenta do Sindicato.



Sindicato somou forças em ato na Av. Paulista contra o tarifaço de Trump, pelo fim da escala 6x1 e por justiça tributária



E também no lançamento da Carta em Defesa da Soberania Nacional



O Sindicato promoveu debates sobre a conjuntura internacional e nacional. O primeiro com o deputado federal Alencar Santana e com o deputado estadual Luiz Cláudio Marcolino



E outro com o deputado federal Guilherme Boulos



Os bancários também marcaram presença no ato em frente ao Consulado dos EUA

POR DIREITOS E NA DEFESA DA DEMOCRACIA, VÊM AÍ AS CONFERÊNCIAS ESTADUAL E NACIONAL DOS BANCÁRIOS



Neiva Ribeiro, presidenta do Sindicato, e Lucimara Malaquias, secretária-geral, na assembleia que elegeu delegados para a Conferência Estadual dos Bancários. No telão, Aline Molina, presidenta da Fetec-CUT/SP

Em 2024, o Sindicato fechou acordo que renovou a CCT (Convenção Coletiva de Trabalho) dos bancários por dois anos (2024 a 2026). Portanto, este ano não haverá negociação com os bancos para a sua renovação. Entretanto, as negociações com a Fenaban ocorrem permanentemente.

Por isso, os bancários realizam em 2025 suas conferências estadual e nacional. A 27ª Conferência Estadual dos Bancários será realizada em 16 de agosto; e a 27ª Conferência Nacional dos Bancários nos dias 22, 23 e 24 de agosto.

Os delegados e delegadas que representarão os bancários de São Paulo, Osasco e Região na 27ª Conferência Estadual dos Bancários foram eleitos, em assembleia realizada no dia 30 de julho, com a participação de aproximadamente 700 bancários, com 96,55% dos votos. A delegação para a 27ª Conferência Nacional dos Bancários será eleita na conferência estadual.

Os debates das conferências estadual e nacional serão norteados por oito eixos: conjuntura internacional e nacional; avanços tecnológicos, inteligência artificial e impactos no trabalho bancário; regulação do Sistema Financeiro; redução da jornada sem redução do salário; novas formas de trabalho, terceirização e pejotização no setor bancário; formação da classe trabalhadora; comunicação popular na era das redes sociais; e novas formas de mobilização.

“Ainda que neste ano não negociaremos com os bancos as cláusulas econômicas e a nossa CCT como um todo, as conferências estadual e nacional são de extrema importância para fortalecermos nossa atuação em diversas questões pertinentes a luta em defesa dos direitos, empregos, melhores condições de trabalho e valorização da categoria”, diz a presidenta do Sindicato e uma das coordenadoras do Comando Nacional dos Bancários, Neiva Ribeiro.

DEFESA DA SOBERANIA NACIONAL MARCA REUNIÃO DO CONSELHÃO

Em discurso durante a abertura da 5ª Reunião Plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), o Conselho, em 5 de agosto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou a chantagem tarifária exercida pelo governo Trump e defendeu enfaticamente a soberania nacional.

“Não há precedente, nos mais de 200 anos de relações bilaterais, de uma ação arbitrária como esta que sofremos. (...) Vários setores da economia são afetados pela covardia dos que se associaram a interesses alheios aos da nossa nação. Proteger a nossa soberania é um objetivo que está acima de todos os partidos e de todas as tendências”, declarou Lula.

Neiva Ribeiro, presidenta do Sindicato e representante da classe trabalhadora no Conselho junto com Juvandia Moreira, presidenta da Contraf-CUT, destacou que o Brasil vive um momento decisivo na reconstrução de sua democracia e na reafirmação da sua soberania.

“A resposta do governo brasileiro, rejeitando com clareza essa tentativa de imposição, é um ato de coragem e de respeito à nossa autonomia. O Brasil não é colônia de ninguém. É um país com voz própria, e que deve ser respeitado como tal”, disse a presidenta do Sindicato.

No âmbito do Conselho, Neiva Ribeiro participa



do Grupo de Trabalho (GT) sobre Tecnologia, Inovação e Transformação Digital (CTITD); e Juvandia Moreira participa do GT sobre Spread Bancário (foto acima) e também do GT de Tecnologia, Inovação e Transformação Digital (CTITD). Ambas foram reconduzidas aos postos na 5ª Reunião Plenária do Conselho.

Neiva destacou que, no cenário interno, outro inimigo da soberania é a política de juros altos. “A política de juros tem sido um verdadeiro fardo para os trabalhadores e para o povo pobre deste país. Juros elevados encarecem o crédito, dificultam o consumo, travam o investimento e aprofundam o endividamento das famílias”, ressaltou a presidenta do Sindicato.



AUDIÊNCIA PÚBLICA EXPÕE GESTÃO ADOECEDORA DOS BANCOS



Em 2024, os adoecimentos mentais foram a principal causa de afastamentos na categoria bancária. Diante deste quadro, foi realizada no dia 31 de julho, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), a audiência pública “Sob Pressão: O Desafio da Saúde Mental no Trabalho Bancário” (foto acima).

Compuseram a mesa o deputado estadual Luiz Cláudio Marcolino (PT), proponente da audiência; Neiva Ribeiro, presidenta do Sindicato; Ana Lúcia Ramos, secretária-geral da Fetec-CUT/SP; Mauro

Salles, secretário de Saúde e Condições de Trabalho da Contraf-CUT; Maria Maeno, médica e pesquisadora da Fundacentro; Maria Leonor Poço Jakobsen, advogada especialista em direitos humanos; e Patrick Maia Merísio, Procurador do Trabalho.

A presidenta do Sindicato expôs que, mesmo diante de fatos dados oficiais, pesquisas e estudos, os bancos se recusam a reconhecer que os adoecimentos de ordem psicossocial são causados por uma gestão focada no assédio moral para cumprimento de metas abusivas. “As pessoas querem

trabalhar com dignidade, com tranquilidade, mas o ambiente é realmente adoecedor.”

Valeska Pincovai, secretária de Saúde e Condições de Trabalho do Sindicato, expôs alguns números:

- No estado de São Paulo, em 2024, a categoria bancária foi responsável por 72,30% de todos os acidentes de trabalho por doenças mentais;
- No município de São Paulo, no mesmo ano, as doenças mentais nos bancários representaram 75,70% de todos os acidentes de trabalho;
- Em 2024, o Sindicato atendeu 2.361 trabalhadores adoecidos por doenças psicológicas;

Na audiência, foram definidas algumas estratégias como, por exemplo, um grupo de trabalho para articular ações junto a altas esferas governamentais; e cobrar do Ministério do Trabalho o aumento das fiscalizações.

“Essa fiscalização ajudará a Fundacentro e o Ministério Público do Trabalho para que a gente possa, com as informações, fazer o que fizemos com a LER/Dort na década de 90: Não só garantir que a saúde mental esteja dentro das estruturas das NRs, mas que tenhamos legislação suficiente sobre este tema”, enfatizou Luiz Cláudio Marcolino.